

# “Apoio ao governo não foi abalado”

144 por Sandra Nascimento de Brasília

Os reflexos das declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso na semana passada, criticando os lobbies no Congresso Nacional a congressistas mexicanos, deverão ser avaliados com maior precisão nesta semana, quando o Parlamento retoma seus trabalhos depois de um longo Carnaval de dez dias.

Para o líder do PMDB na Câmara, deputado Michel Temer (SP), as manifestações do presidente foram “desnecessárias”, mas não deverão comprometer o andamento das votações das reformas.

“Foi uma manifestação pouco útil, que desmoraliza o Congresso brasileiro. Mas acredito que como essa semana será de discussões e não deliberativa, os ânimos serão resfriados”, disse o líder do PMDB.

A agenda da Câmara está cheia nestasemana, mas não há nenhuma votação importante prevista para o plenário. A reforma da Previdência será debatida publicamente durante dois dias – terça e quarta-feira. O processo de discussão para votação começa na quinta-feira e a votação está prevista para o dia 6. Na avaliação de Temer, não deverá haver mais atrasos. “O tema já foi muito debatido e não acredito que as discussões agora mudem muita coisa”, disse o líder.

Quanto à extinção do Instituto Previdenciário dos Congressistas (IPC), um dos temas mais polêmicos – como a reforma pretende extinguir as aposentadorias especiais, a manutenção dos privilégios dos parlamentares vem provocando acirradas críticas ao Congresso –, o líder prefere aguardar as alternativas que serão propostas pelo presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

“Vou consultar a bancada para tomar uma posição. Há uma grande preocupação com a extinção pura e simples do IPC, mas há também quem defenda a devolução da contribuição. Também não está descartada a transformação do instituto num fundo de pensão”, disse Temer.

São três as propostas que deverão ser apresentadas por Magalhães: duas extinguindo o IPC e uma transformando-o em fundo de pensão. Para acabar com o instituto por lei ordinária, forma mais fácil porque exige apenas maioria simples para sua votação (257 dos 513 deputados), será preciso retirar a menção que o relator faz ao instituto no seu substitutivo, por meio de destaques para votação em separado (DVS).

A votação dos destaques é um dos maiores temores do governo. Se ilimitados, poderão esticar a votação indefinidamente. Existe um acordo informal entre as lideranças partidárias para que haja um limite proporcional de destaques ao tamanho das bancadas, mas a oposição não garante que irá cumpri-lo. “Nunca colocamos esse acordo em prática antes. Espero que seja possível”, disse Temer.